

SOBRE A NOÇÃO DE SEGREGAÇÃO E O ESTUDO DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL POR RAÇA

Este capítulo propõe uma rediscussão das principais abordagens em torno da noção de segregação, retomando parte da produção sobre o tema e avaliando os encaminhamentos e operacionalizações mais correntes acerca deste fenômeno. Faremos um apanhado (não exaustivo) das principais abordagens e chamaremos atenção para algumas insuficiências nas pesquisas sobre o tema. Objetivaremos, aqui, uma perspectiva crítica de modo a posicionar este estudo com relação à produção acadêmica sobre segregação.

Iniciamos o capítulo apresentando como a noção mais geral de segregação é entendida nas pesquisas acadêmicas. Na sociologia, segregação tem sido estudada com especial ênfase no espaço habitado, ou seja, como segregação residencial. Trataremos dos principais pressupostos subjacentes e as implicações decorrentes da adoção desta perspectiva. Em seguida, discutiremos das maneiras pelas quais a prática sociológica tem encaminhado problemáticas de pesquisa acerca da segregação, as formas de operacionalização do conceito e as principais linhas de investigação que articulam o fenômeno a processos sociais mais amplos. Dedicamos uma ampla seção aos estudos sobre efeitos de vizinhança, linha de pesquisas que tem sido muito prolífica nas últimas décadas e que destaca a relevância da segregação residencial para destinos individuais.

Apresentamos também reações e desenvolvimentos da investigação sobre segregação racial no Brasil. Parte das resistências ao debate sobre segregação racial em nossas cidades deve-se a comparações com exemplos e parâmetros norte-americanos. Em vista disso, discutimos as peculiaridades da conjuntura estadunidense enfatizando a necessidade de se levar em conta as características histórico-contextuais que cada local pesquisa para interpretar indicadores e traçar conclusões acerca da segregação. Antes de pensarmos em realizar comparações a respeito da severidade de indicadores, se quisermos acessar o que pode ser entendido como o significado sociológico da segregação residencial, convém começarmos expondo as principais formas pelas quais este conceito costuma ser mobilizado.

1.1 A NOÇÃO DE SEGREGAÇÃO

Não são raros os autores que chamam atenção para o fato de que o que se entende por segregação costuma ser eivado de ambiguidades e imprecisões (por exemplo, Brun 1994, Vignoli 2001, Schor 2004). Mesmo obras clássicas, importantes referências como *Patterns of Negro Segregation* de Charles Johnson (1943), assumem uma definição ampla como “o isolamento (...) dos mundos sociais de grupos em contato” (p. 3). Ou, mais detidamente:

Não é suficiente para as propostas do presente estudo, entretanto, limitar o conceito de segregação a meramente uma separação física ou espacial. A segregação ocupacional pode ser tão efetiva em manter uma distinção deletéria, mas a separação não é necessariamente espacial. Da mesma forma com muitos outros tipos de relacionamentos que têm o efeito de restringir ou qualificar a comunicação entre grupos em contato. Visando distinguir e analisar certos aspectos menos óbvios das políticas e práticas de segregação racial nos Estados Unidos, o termo “segregação”, como empregado aqui, inclui todas as convenções e rituais sociais que pretendem impor isolamento social e distância social (...). (Johnson 1943: 4, grifos nossos)¹.

Assim, pode-se falar de muitos tipos de segregação: segregação no mercado de trabalho, segregação de igrejas, segregação escolar etc. Florestan Fernandes (1972), inclusive, diz que a “segregação (...) Fazia parte de duplo estilo de vida que separava espacial, moral e socialmente o ‘mundo da senzala’ do ‘mundo da casa grande’” (p. 43).

¹ São nossas as traduções de todos os excertos em língua estrangeira.

Ciente das ambiguidades e das múltiplas definições, o geógrafo francês Jacques Brun (1994) pondera que, das diferentes formulações do conceito, prevalece um sentido geral de “*la mise à l’écart*” (“pôr à parte”, ou “apartar”)². Lester Freeman (1978), ao revisar distintas abordagens de segregação na sociologia norte-americana, postula que “todas as restrições à interação (...) são formas de segregação” (p. 413). Ou seja, o núcleo da ideia de segregação é separação. A segregação faz parte de processos pelos quais determinados grupos sociais se separam uns dos outros, evitando o convívio e a interação.

Há, contudo, um elemento muito bem definido nesta forma de separação: “o pôr à parte’ do qual se trata é fundado, em geral, sem ambiguidade, sobre uma relação de desigualdade entre os grupos sociais implicados” (Brun 1994: p. 24). Johnson (1943), por seu turno, diz que segregação envolve discriminação (p. 4). A segregação está, portanto, em inequívoca associação com desigualdades, hierarquias e discriminações. Seu objetivo é evitar contatos, interações e, principalmente, a mistura com grupos subordinados.

A causa profunda é o medo que o grupo excluído inspira ao grupo dominante. (...) Medo enfim da mestiçagem e da confusão (...). As frações da população que são objeto deste colocar à distância são distinguidas pela fração dominante em função de critérios variáveis, de uma precisão desigual, e entre os quais, mais uma vez, podem entrar importantes elementos imaginários. (Brun 1994: 25).

Freeman (1978) acrescenta ainda que:

É também possível que limitações à interação (...) possam ser construídas com o apoio ou mesmo com a iniciativa das pessoas com menos poder. Tipicamente, tais pessoas não podem impor a segregação no mesmo sentido que as pessoas em posições dominantes. Mas elas podem, seja se retirando para locais desocupados ou através do desenvolvimento de símbolos especiais, limitar a interação entre elas e outros. (p. 413).

² A expressão *La mise à l’écart* poderia ser traduzida como “o pôr à parte” ou “o colocar à parte”, no sentido de substantivo, de “colocação”. *La mise à l’écart* seria, então, “a colocação à parte”. Porém, convém ressaltar que sua tradução precisa para o português se mostra difícil. A palavra *écart* corresponderia a algo como um *gap*, um hiato, ou uma lacuna. Assim, talvez a melhor tradução para “*la mise à l’écart*” seria algo como “o ato de pôr uma lacuna entre”; ou talvez o próprio substantivo “separação” para o qual, porém, já existe uma palavra em francês [*séparation*], de mesma forma que também existe uma expressão para “pôr à parte” [*mettre à part*]. Grafmeyer (1994), por sua vez, trata da segregação em termos de um “pôr à distância” [*mise à distance*]. Porém, conforme argumentaremos, esta se trataria de uma perspectiva mais específica.

É na separação de grupos no contexto urbano que a segregação assume seu sentido mais comum. Em *Cidade de Muros*, apesar de não fornecer um conceito bem delimitado de segregação, Teresa Caldeira (2000), ao construir argumentos articulando as ideias de segregação, medo e formas de convivência no espaço público, indica que tratar de segregação significa tratar das possibilidades de contatos e relações com a alteridade, materializadas e mediadas pelo espaço urbano. A autora enxerga os padrões de segregação como padrões de “organização das diferenças sociais no espaço urbano” (p. 11) que “revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam (sic) no espaço da cidade” (p. 211).

A autora vai ainda mais longe ao sugerir que a emergência de determinados padrões de segregação, no caso o padrão fortemente excludente dos enclaves fortificados, representa uma reação conservadora a processos de democratização e diversificação social. Assim, as transformações em padrões de segregação resultam de disputas sociais – seja tanto por equalização e democracia quanto pela manutenção de desigualdades, discriminações e autoritarismo – cuja arena é o espaço urbano.

Brun (1994) acrescenta que, no “coração do ‘conceito de segregação’” reside “o sentimento de uma incapacidade da cidade moderna produzir a integração” (p. 47). Ou, em outros termos, a percepção de que “nossas cidades parecem eficientes máquinas de engendrar distância entre o diferente” (Netto et al 2016: p. 1084).

1.2 SEGREGAÇÃO ESPACIAL E SEGREGAÇÃO SOCIAL: A INFLUÊNCIA DA ESCOLA DE CHICAGO

Praticamente todos os autores que tratam de segregação fazem ressalvas no sentido de que segregação não se resume à separação espacial, que distâncias físicas *não necessariamente* implicam em segregação, que proximidade espacial *não necessariamente* implica em interação ou diversas outras assertivas semelhantes. Mas tais ressalvas *não necessariamente* são levadas às últimas consequências em suas práticas de pesquisa.

Michael White, por exemplo, um importante especialista em técnicas de mensuração de segregação, inicia um artigo chamando atenção para a necessidade

de demarcar a diferenciação entre segregação sociológica (ausência de interação entre grupos) e segregação geográfica (desigualdade na distribuição dos grupos pelo espaço). No entanto, o autor conclui que: “não obstante, segregação geográfica e sociológica estão provavelmente correlacionadas” (White 1983: 1009). Mais recentemente, o mesmo autor propôs uma nova técnica de medida de segregação em um artigo intitulado “Medindo a distância social” [*Mapping Social Distance*] (White, Kim and Glick 2005).

Ocorre que há quase um século o espaço físico (e a distância métrica) tem sido a principal via de abordagem deste fenômeno. Isso decorre de pressupostos colocados desde os anos 1920 pelos autores da escola de Sociologia de Chicago. Robert Park, figura central e um dos principais teóricos desta tradição de pesquisas já afirmava que:

É porque a geografia, a ocupação e todos os outros fatores que determinam a distribuição da população, determinam tão irresistível e fatalmente o lugar, o grupo, e os associados com os quais cada um de nós está obrigado a viver, que as relações espaciais vêm a ter, para o estudo da sociedade e da natureza humana, a importância que elas têm. É porque as relações sociais são tão frequente e tão inevitavelmente correlacionadas com relações espaciais; porque as distâncias físicas constituem, ou parecem constituir, tão frequentemente os índices das distâncias sociais, que as estatísticas têm qualquer valor para a sociologia. E isso é exato, finalmente, porque os fatos sociais e psíquicos podem ser medidos apenas até o ponto em que eles podem ser reduzidos ou correlacionados com fatos espaciais (Park 1970 [1925]: 140-1).

Para este autor, analisar as estruturas sociais a partir de posições, distâncias e movimentos no espaço permitiria que as características da sociedade pudessem ser medidas e descritas matematicamente, favorecendo um projeto de conhecimento científico. Ademais, a perspectiva da ecologia humana disseminada pela escola de Chicago defendia que as comunidades humanas se organizariam através de processos “naturais” de seleção e segregação, que agregariam grupos sociais estabelecidos em determinadas áreas do espaço urbano – chamadas “áreas naturais” – cada qual com suas características específicas (Burgess 1925; Park 1926; Guest 1985; Eufrasio 1999).

Para Brun (1994) e Grafmeyer (1994), conceber segregação a partir desta perspectiva na qual recortes espaciais corresponderiam a clivagens sociais contribui para diminuir a ambiguidade da noção de segregação e para fixar uma problemática de pesquisa situada na junção entre o social e o espacial.

Mais recentemente, diversas pesquisas empíricas têm mostrado casos de diferentes grupos sociais que, a despeito de viverem próximos, não cultivam re-

lações entre si (por exemplo, Bonilla-Silva & Embrick 2007; Rich 2009). Ainda assim, este entendimento acerca da correspondência entre distância espacial e distância social, apesar de antigo, não parece ter sido ultrapassado, manifestando-se na maior parte dos estudos sobre segregação, ou pelo menos na maior parte daqueles que se dedicam à mensuração de segregação nos tempos atuais. Assume-se hoje que se não se pode falar de total correspondência entre duas dimensões (espacial e social), as clivagens espaciais no mínimo favorecem o crescimento da diferenciação e da distância social³ entre os grupos (Sabatini, Cáceres e Cerda 2004; Negri 2008).

1.3 SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL: A PRINCIPAL FORMA DE ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DA SEGREGAÇÃO

Dada esta tradicional ênfase no espaço para o estudo da segregação, a pesquisa sociológica sobre este tema centrou-se no espaço habitado como principal objeto. Assim, o estudo dos diferenciais de localizações das moradias de distintos grupos é a principal via para debates sobre segregação na sociologia. De modo que a problemática da segregação é, na maioria dos casos, formulada como segregação residencial e abordada através de dados censitários que permitem verificar a distribuição dos grupos sociais nas áreas urbanas.

Quais que sejam os pressupostos implícitos ou explícitos que fundam o recurso ao termo segregação, a grande maioria dos trabalhos empíricos que mobilizam esta noção privilegiam na prática a dimensão residencial. O quadro analítico da pesquisa se centra então sempre, de uma maneira ou de outra, sobre a questão da distribuição diferencial de subconjuntos de uma dada população, em função do lugar de residência do indivíduo ou do domicílio” (Grafmeyer 1994: p. 100).

Da discussão apresentada até este ponto, podemos começar a elencar, então, os principais fundamentos do *mainstream* da prática sociológica de pesquisa sobre segregação: 1) A noção de segregação como separação e ausência de interação entre grupos dotados de diferenciais de poder nas hierarquias sociais. 2) A perspectiva espacial: o pressuposto de que a estes diferenciais de posição social (distância social) estão associadas distâncias espaciais materializadas no e

³ Uma discussão mais detida sobre a noção de distância social é realizada no Capítulo 3.

mediadas pelo espaço urbano. 3) O foco na residência: o local de residência dos indivíduos e grupos é o ponto focal a partir do qual as pesquisas verificam os graus de distância espacial e, daí, inferem as distâncias sociais. A estes pontos podem ser agregados outros quando consideramos os desenvolvimentos da pesquisa sobre este fenômeno, conforme apresentaremos mais adiante. No entanto, tais parâmetros são comuns na maior parte das definições de segregação, tal qual o exemplo clássico de Manuel Castells (1977 [1972]):

A distribuição das moradias no espaço produz sua diferenciação social e específica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de seus residentes estão na raiz do tipo e nível das amenidades e funções atreladas a elas. A distribuição das localizações residenciais segue as leis gerais de distribuição dos produtos [do capitalismo] e, conseqüentemente, promove reagrupamentos de acordo com a capacidade social dos sujeitos, ou seja, no sistema capitalista, de acordo com suas rendas, status profissional, nível educacional, grupo étnico, grupo etário etc. (...) Por segregação urbana, entende-se primeiramente a tendência de organização do espaço em zonas com alta homogeneidade social interna e uma forma disparidade social entre elas, tal disparidade sendo entendida em termos não apenas de diferença, mas também de hierarquia. (Castells 1977 [1972]: 169).

Há, na literatura, diversas outras maneiras de se definir segregação que, em geral, guardam mais similaridades do que diferenças com relação à definição acima. Para além dos termos precisos das definições, Grafmeyer (1994) demarca três principais modos de encaminhamento, distintos embora interconectados, das pesquisas sobre segregação residencial, cada qual envolvendo diferentes problemáticas de pesquisa e ideais normativos.

O primeiro deles se refere aos “diferenciais de localização” das residências de grupos delimitados por sua posição social, raça, origem etc. Tais diferenciais de localização, ou dissimilaridade residencial, norteiam as mais tradicionais formas de mensuração de segregação, como o índice de dissimilaridade (que exporemos mais adiante). Esta é forma da abordagem mais diretamente caudatária dos escritos de Robert Park e da Escola de Chicago, supondo, portanto, que as distâncias físicas refletiriam as distâncias sociais entre os grupos. Há, nesta concepção, um horizonte normativo segundo o qual a mistura residencial propiciaria a constituição de laços sociais entre os diferentes grupos, favorecendo a *integração* social entre estes (ou assimilação) e a cidadania.

Nesse sentido, a expectativa é a de que quanto mais uniforme e misturada a distribuição residencial dos diferentes grupos pelo espaço da cidade, menor a distância social entre eles, ou seja, seriam minoradas as disparidades decor-

rentes das desigualdades de posição social e seriam grandes as interações entre membros de diferentes grupos. A segregação residencial seria uma expressão das possibilidades de exposição e contato de um grupo com o outro, de modo que a proximidade física dos lares favoreceria a convivência. Podemos, então, discernir outro pressuposto subjacente a estas assertivas: a centralidade das relações no entorno do espaço habitado, uma forte crença na “*neighborhood*”, a comunidade de vizinhos. Ou seja, toma-se a vizinhança como um dos espaços mais fundamentais de socialização, considerada importante esfera de interação face a face, agregando indivíduos.

(...) a ‘dissimilaridade’ só toma sentido por referência ao seu contrário, a *assimilação*, posta como uma norma a priori, como tendência inelutável da qual a observação empírica pode se atribuir a seguir um caminho diferencial segundo os tipos de minorias. Porque ela é tida como sinal (e pode ser também por fator) de assimilação, a dispersão espacial toma ao mesmo tempo a dignidade de um valor em si (Grafmeyer 1994: 88-9).

Tais perspectivas refletem realidades, questões sociais e paradigmas acadêmicos desenvolvidos nos Estados Unidos da América. Neste país, o estudo da segregação residencial enquanto dimensão constitutiva de processos de assimilação tem sido tema constante na sociologia desde a clássica escola de Chicago. Dentro desta tradição de pesquisas, o estudo da segregação residencial é tomado como um importante indicador do estágio de assimilação de minorias e grupos imigrantes à sociedade norte-americana. Estas expectativas teóricas se comprovaram muito no exame empírico do processo de assimilação de imigrantes europeus que aportaram no país no início do século XX (Massey 1985). Entretanto, a persistência da segregação dos negros norte-americanos é considerada uma das principais evidências contrárias a tais expectativas.

O segundo emprego da noção de segregação mencionado por Grafmeyer (1994) certamente não rompe com pressupostos acima, mas aponta para outras preocupações e decorrências da segregação residencial. Esta abordagem trata das distâncias espaciais tendo em vista a maneira pela qual estas engendram “chances desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade (...). É a igualdade, muito mais que a assimilação, que serve então de base e de contraponto normativo para a medida da segregação” (p. 89).

Tal perspectiva tem sido, também, fortemente cultivada nos Estados Unidos. Com a mudança de paradigma teórico dos estudos urbanos em direção à Economia Política na década de 1970, segregação residencial passou a ser pensada mais como possibilidade de *acesso* a recursos, políticas públicas, empregos, redes

sociais etc. David Harvey, um dos principais expoentes desta corrente, postula que a diferenciação residencial é uma dimensão da reprodução das relações sociais no capitalismo, uma vez que implica em acesso diferenciado a recursos e oportunidades de ascensão social. A localização residencial reforça diferenças econômicas entre os indivíduos na medida em que impõe maiores custos no que tange ao acesso aos serviços públicos e infraestrutura urbana (Harvey 2009 [1973]; Negri 2008: 137-8).

A terceira abordagem, que mescla as duas anteriores, é aquela do confinamento de populações desfavorecidas em determinados territórios, como guetos ou “bolsões de pobreza”.

(...) a atenção se centra sobre a exclusão social engendrada por seu acúmulo e redobrada pela reclusão espacial em *quartiers en crise*. Mais uma vez, o recurso à temática da segregação é parte integrante da representação de um ideal que ela vem contradizer, aquele da integração ou da inserção. (Grafmeyer 1994: 90).

Esta abordagem encontrou, na *underclass* dos guetos norte-americanos, seu objeto privilegiado de estudos. A principal figura a influenciar esta corrente de pesquisas foi William Julius Wilson (1987) que, ao estudar a *underclass* negra, deu ênfase tanto nos problemas decorrentes do isolamento social destes grupos (primeira abordagem) quanto nas barreiras para o acesso a recursos e oportunidades, reproduzindo desigualdades sociais (segunda abordagem). Ou seja, esta terceira abordagem trata-se, na verdade, de uma sobreposição das duas anteriores.

A exposição destas formas de encaminhamento da problemática da segregação nos revela o cerne dos fenômenos que se pretende compreender através do estudo da distribuição das residências de diferentes grupos sociais. Na primeira abordagem, a segregação é entendida enquanto o contrário da integração: há segregação quando os grupos sociais não se integram, não interagem, não se misturam. Na segunda abordagem, a segregação é entendida como o contrário do acesso: há segregação quando é dificultado o acesso de determinado(s) grupo(s) a recursos (materiais e simbólicos) e oportunidades presentes na cidade. Integração e acesso são as dimensões sociológicas que dão sentido às investigações sobre segregação residencial. O estudo das distribuições residenciais dos diferentes grupos sociais tem o propósito de inferir tendências de integração social e de acesso à cidade. Porém, estas inferências são baseadas em fortíssimas pressuposições a respeito da importância da proximidade física como catalisador de integração e acesso.

Como veremos, boa parte das operacionalizações acabam por perder de vista essas dimensões por se restringirem ao estudo das distribuições residenciais e assumirem, sem mais, a determinação das distâncias físicas.

1.4 MODOS DE OPERACIONALIZAÇÃO E PRÁTICAS DE PESQUISA EM SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

A noção de segregação residencial tem como núcleo a separação física das habitações dos grupos sociais no espaço. A mensuração do fenômeno costuma ser pautada pela verificação de em que medida a distribuição das residências de grupos sociais pelas áreas da cidade seria mais ou menos uniforme. Ou seja, as investigações sobre segregação residencial têm, até hoje, forte vinculação com os pressupostos da Escola de Chicago.

Assim, a definição mais operacional de segregação residencial conceberia tal fenômeno como sendo o grau em que os grupos sociais se encontram separados uns dos outros, considerando-se a localização de suas moradias no espaço urbano, ou seja, em que medida as residências de cada grupo estão fisicamente distantes de outros (Marques 2005; Massey & Denton 1988; Grafmeyer 1994). Consiste, então, no grau de concentração, no espaço, de uma categoria social com relação à outra, sendo que ambas as categorias se delimitam analiticamente.

De modo que “a segregação é – sobretudo – um fenômeno relacional: só existe segregação de um grupo quando outro grupo se segrega ou é segregado. É nesse componente relacional que as medidas de segregação vão se basear, buscando medir o grau de isolamento de um determinado grupo social em relação a outro.” (Torres 2004: 42). Decorre daí que alguns grupos estariam “mais separados” entre si, enquanto outros estariam “mais juntos”. Assim, por exemplo, nos Estados Unidos, os brancos estão mais separados dos negros do que dos hispânicos (Iceland & Wilkes 2006).

Esta operacionalização da segregação enquanto “grau” é fundante dos principais indicadores utilizados para sua mensuração, como o índice de dissimilaridade. Indicadores como este têm grande importância em pesquisas sociológicas por seu caráter sintético que favorece diagnósticos gerais, abordagens comparativas e o acompanhamento de tendências históricas. Contudo, tais medidas operam uma abstração do espaço, eclipsando as características próprias de cada lugar.

[Estas formas de mensuração] (...) colocam no coração da análise não os lugares em si, mas os intervalos que os separam, tornados, assim, diretamente comparáveis. Reduzir o espaço a um de seus atributos permite se esquivar da questão de sua natureza e de apagar particularidades que poderiam prejudicar a generalização do modelo pesquisado. (Maillochon 1998: 174).

Assim, uma análise baseada apenas na simples leitura desses indicadores arrisca recair em generalizações descontextualizadas. Ademais, estes indicadores não respondem a uma pergunta fundamental quando tratamos de espaço: o “onde”. Por fim, tais medidas não se adequariam de forma alguma, à abordagem da segregação enquanto contrário do acesso. Pois esta requer que os espaços sejam qualificados: trata-se do acesso a determinados lugares com características específicas ou a recursos e oportunidades com determinada localização.

Além disso, o uso de tais medidas associado a um apego demasiado ao pressuposto de que proximidade leva a interações faz com que muitos pesquisadores interpretem um valor alto em uma medida de segregação residencial como indicador de que negros e brancos, por exemplo, nunca se cruzarão e imaginam que um valor baixo nessas medidas deve corresponder a um contexto no qual muito provavelmente negros e brancos cultivarão relações muito próximas. Tais premissas levam a sociologia (norte-americana, principalmente) a dar uma ênfase muito acentuada às relações de vizinhança e aos chamados *neighborhood effects*, que discutiremos mais adiante.

Há um segundo ponto a ser discutido a respeito da definição operacional exposta. Apesar de formular em termos precisos e práticos (isto é, mensuráveis), a ideia da separação residencial pode ganhar distintas ênfases de acordo com a pesquisa, ou mesmo dentro da mesma pesquisa, podendo complicar, ainda, o próprio entendimento do adjetivo “segregado”. Nesta definição, segregação pode ser entendida como: (1) a distância física entre grupos, ênfase na distribuição dos grupos pelos espaços; e (2) a homogeneidade na composição social de espaços, ênfase na caracterização dos espaços⁴. Assim, sabemos, por exemplo, que as classes médias e altas cariocas têm grande concentração na Zona Sul do Rio de Janeiro (Marques, Scalón & Oliveira 2008), sendo, portanto, um grupo segregado. No entanto, não se pode dizer que a Zona Sul do Rio é um espaço segregado,

⁴ Sabatini por exemplo, diferencia três dimensões da segregação residencial: (a) a tendência de um grupo concentrar-se em algumas áreas; (b) a conformação de áreas socialmente homogêneas; e (c) as percepções dos sujeitos acerca das duas dimensões anteriores (Sabatini, Cáceres e Cerda 2004; Sabatini & Sierralta 2006).

uma vez que não há homogeneidade social nessa região, dada a presença de favelas⁵.

De um modo geral, a ênfase na homogeneidade de espaços tem prevalecido na delimitação dos objetos de pesquisa da maior parte dos estudos contemporâneos sobre segregação. Por exemplo, alguns estudos definem segregação como sendo a concentração de pobres em espaços homogeneamente pobres (Flores 2006). Nestes estudos, a distância física nem sempre é regra.

Um exemplo que combina homogeneidade e distância física, mas que cria ambiguidades entorno do que é segregado, pode ser encontrado na importante pesquisa de Eduardo Marques (2010). Este autor levantou redes sociais de indivíduos residentes em seis localidades (segregadas) caracterizadas pela concentração de pobreza, mas cuja distância física com relação aos grupos mais ricos e às centralidades é bem variada. Num primeiro momento, a segregação é pensada a partir da homogeneidade na composição social dos espaços (p. 47). Porém, mais adiante, visando determinar a importância da segregação para a formação das redes dos indivíduos, o autor diferencia as seis localidades entre “segregadas” e “não segregadas” a partir de um critério de distância com relação às centralidades (p. 116)⁶. Não obstante, este é um exemplo de pesquisa que nos permite refletir sobre segregação tanto na chave da integração quanto naquela do acesso.

O foco em espaços homogêneos – em especial, homogeneamente pobres – é marcante em pesquisas qualitativas sobre segregação. Em geral, estes estudos recortam uma área de composição social homogênea – uma favela, um bairro de periferia, um condomínio de elite etc. –, constroem questões de pesquisa acerca dos efeitos dessa homogeneidade e concentram no contexto local a coleta dos dados e evidências mais relevantes para análise. Ou seja, tais estudos dão maior destaque à esfera local e às relações aí constituídas. Remetendo, mais uma vez, a um dos pressupostos da escola de Chicago. Este “localismo”⁷ é assumido como se os indivíduos pesquisados estivessem presos ao local onde moram, quando, na verdade, isto deveria ser posto em questão. Small & Newman (2001), por exemplo, criticam o fato de que muitos destes estudos não se perguntam quanto

⁵ No limite, tais constatações apontam para uma discussão mais técnica a respeito de escalas de medida de segregação residencial, que não vem ao caso neste capítulo e já foi esboçada em França (2010).

⁶ Haroldo Torres (2004) já dizia, em debate organizado pela revista Espaço e Debates, que segregação é conceitualmente muito simples: separação residencial entre grupos. Muito mais complicado é definir uma área segregada.

⁷ Convém ressaltar que aqui não estamos tratando da noção de “localismo” conforme é definida nos estudos de análise de redes sociais.

tempo as pessoas passam em seus bairros, o quanto elas interagem com os vizinhos, ou como desenvolvem atitudes e valores tendo em vista estes contextos locais.

1.5 SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E PROCESSOS SOCIAIS MAIS AMPLOS

Recentes revisões da literatura têm justificado a importância do estudo da segregação residencial com argumentos que enfatizam sua vinculação com processos sociais mais amplos. Para Maloutas (2012), por exemplo, a “segregação residencial é um resultado e, ao mesmo tempo, parte do processo que reproduz desigualdades e discriminações nas sociedades capitalistas.” (p. 10). Neste sentido, muitos analistas procuram justificar a pertinência das pesquisas sobre segregação descrevendo tais processos que a envolvem e enfatizando seus “mecanismos formadores” e seus “impactos efetivos”, em suma, suas causas e efeitos.

Este autor desenha um esquema no qual a segregação aparece em meio a processos causais relacionados à reprodução de desigualdades e discriminações. Os processos de alocação habitacional seriam os principais organizadores (ou “filtros”, nas palavras dele) da segregação residencial. Tais processos são estruturados pelas desigualdades e discriminações que caracterizam cada sociedade. Eles se materializam principalmente através das desigualdades econômicas das famílias diante do mercado imobiliário (isto é, das possibilidades de pagar por determinado imóvel em uma dada localização) e por discriminações operadas por agentes deste mercado (e instituições financiadoras), como também são influenciados pelas “características de estruturas urbanas duráveis”, pelas características do “estoque de moradias” e por “relações legais ou sociais que ligam pessoas e moradias ou bairros” (como redes sociais, preferências residenciais, direitos de propriedade etc.). Tais processos se desenrolam historicamente e podem ter grande influência do Estado na forma de políticas de habitação, planejamento urbano, dentre outras⁸. Sobre as formas de concretização destes processos em segregação residencial por classe e/ou raça, o autor diz que:

⁸ O autor finaliza a descrição de seu esquema enunciando um grande modelo com hipóteses de características mecanicistas: “A pressuposição é que quanto mais desiguais e discriminadoras as cidades, dentro de *welfare states* menos desenvolvidos, com uma provisão de moradia mais mercantilizada, com alta mobilidade residencial e menos redes de solidariedade espera-se que elas sejam alta e crescentemente segregadas. E uma vez que a globalização capitalista

A segregação por classe é fundamentalmente um processo dirigido pelo mercado que teoricamente começa como desigualdade econômica produzida no mercado de trabalho e transformada em segregação através de mercado habitacional. A segregação etnorracial é mediada pelas desigualdades econômicas – com diferença etnorracial sendo traduzida em hierarquia etnorracial tanto no mercado de trabalho como no mercado habitacional – e também deriva diretamente de regras e práticas discriminatórias na alocação de moradias. (Maloutas 2012: 11).

Ao tratar a segregação como parte de processos sociais mais amplos, as revisões bibliográficas como a de Maloutas costumam dividir as pesquisas realizadas neste campo de estudo em duas chaves: pesquisas sobre causas da segregação e pesquisas sobre consequências da segregação (Cf., também, Charles 2003). Pesquisas empíricas visando identificar diferentes processos e causalidades que resultariam nos padrões de segregação racial observados são muito comuns na sociologia estadunidense. Nesta linha de questionamentos, destacam-se duas vertentes. Uma delas enfatiza processos discriminatórios institucionalizados que criam barreiras às possibilidades de negros residirem em determinados bairros, na qual sobressaem os estudos sobre discriminação no mercado imobiliário; é uma marca desta vertente a operacionalização de suas questões através de estudos experimentais, os chamados *audit studies*. Uma outra vertente enfatiza as escolhas residenciais individuais e disposições para integração ou para a auto-segregação voluntária (P. ex., Bobo e Zubrinsky 1996, Harris 2001, Quillian e Pager 2001), na qual destacam-se pesquisas de *survey* sobre “*neighborhood preferences*”. Tais pesquisas demonstram que, para além das determinações socioeconômicas, os estereótipos e discriminação racial são fatores relevantes que resultam na distribuição dos grupos em áreas específicas do espaço urbano.

Por outro lado, o grupo de pesquisas sobre “consequências da segregação” é quase unicamente representado pelos estudos sobre os chamados efeitos de vizinhança (*neighborhood effects*), dos quais trataremos mais detidamente a seguir.

se dirige para mais desigualdade, menos *welfare state* e mais mercantilização da moradia, pode-se razoavelmente esperar que a segregação possa ser encontrada em uma tendência de aumento.” (Maloutas 2012: 14).

1.6 CONSEQUÊNCIAS DA SEGREGAÇÃO: SOBRE OS EFEITOS DE VIZINHANÇA

No Brasil, há uma pluralidade de estudos que demonstram e dão relevo a consequências da segregação, em geral, ao enfatizar os efeitos de variáveis espaciais sobre resultados de realização individual. Dentre estas consequências podemos citar: possibilidades de inserção no mercado de trabalho, realização educacional e socioeconômica; constituição de estruturas locais específicas de desigualdades; condições de fruição da cidade e de seus bens e serviços; implementação e acesso a políticas públicas de qualidade; distância de centralidades de consumo; exposição à violência e à criminalidade; cristalização de estigmas e estereótipos; contato com determinados “modelos de comportamento” [*role models*]; constituição de redes sociais, identidades e de solidariedades intra-grupais; além de representações sociais sobre as desigualdades e sobre o próprio espaço urbano etc. (Cf., por exemplo: Telles 1995, 1996; Carvalho & Barreto 2007; Torres 2004; Torres, Ferreira & Gomes 2005; Bichir 2006, 2009; Torres & Bichir 2007; Torres et al 2010; Lima 2012; Silveira & Muniz 2014). Frequentemente, estes trabalhos fazem alusão a pesquisas norte-americanas sobre os efeitos de vizinhança citando seus achados como possíveis hipóteses explicativas para as consequências da segregação que encontram em nossas metrópoles.

Os efeitos de vizinhança são recorrentemente apontados pela literatura como sendo as principais consequências da segregação. Grosso modo, parte considerável dos estudos declara que segregação residencial é importante porque existem efeitos de vizinhança.

Segregação é geralmente considerada como uma questão importante devido a seus supostos impactos sobre as condições de vida e sobre as chances de mobilidade social. Tem havido um substancial crescimento na literatura que trata do impacto da segregação, ou seja, do efeito de vizinhança ou área. (Maloutas 2012: 20).

Este mesmo autor, define efeitos de vizinhança da seguinte maneira:

[Tratam-se de] (...)efeitos não atribuíveis às características pessoais ou de domicílio, mas os efeitos espaciais adicionais relacionados com a composição social das áreas residenciais, as suas características intrínsecas (nível de poluição, qualidade de serviços) e seus status comparativos (...) (Maloutas 2012: 10).

Robert Sampson (2012) – talvez o principal expoente desta temática de pesquisas – enfatiza que efeitos de vizinhança decorrem de processos sócio-interacionais e institucionais ancorados em aspectos coletivos das comunidades. Na sociologia estadunidense, os tais *neighborhood effects* são matéria de grande debate e possuem bastante relevância nas discussões sobre segregação e reprodução de desigualdades. Os estudos sobre efeitos de vizinhança se consolidaram e tiveram enorme impulso após a publicação de *The Truly Disadvantaged*, de William Julius Wilson, em 1987 (Cf. Massey 1998; Small & Newman 2001; Sampson 2012)⁹. Neste livro, Wilson (1987) caracteriza a nova pobreza urbana dos Estados Unidos e as transformações ocorridas nos guetos negros das grandes metrópoles daquele país. De acordo com este autor, o crescimento da pobreza e seu forte isolamento social e concentração espacial foram provocadas por mudanças macroeconômicas, fuga da classe média negra das *inner-cities*, e o forte desemprego que atingia principalmente a população negra dos guetos. A sobreposição de pobreza e dos mais diversos “problemas sociais” nessas localidades socialmente isoladas fazia multiplicar as desvantagens dos indivíduos que aí residiam.

Trabalhando na antiga tradição teórica da Universidade de Chicago, onde ele estava no momento, Wilson argumentou que a pobreza negra urbana foi transmitida e perpetuada não apenas através de mecanismos de nível individual – e familiar –, mas através de uma série de transformações estruturais que se desenrolam no nível de bairro. (Massey 1998: p. 570).

O impacto do livro de Wilson ensejou a proposição de inúmeras pesquisas sobre os efeitos de vizinhança em bairros pobres das metrópoles norte-americanas¹⁰. Mais especificamente, buscava-se identificar os mecanismos pelos quais a segregação implicaria na reprodução da pobreza através do estudo de populações que viviam em determinados espaços urbanos que se caracterizavam pela pobreza concentrada. Tais pesquisas, ao empregar sofisticadas técnicas estatísticas, buscavam isolar o efeito causal da vizinhança em resultados individuais,

⁹ Sampson (2012) aponta, também, a publicação de *American Apartheid* de Douglas Massey e Nancy Denton, em 1993, como importante impulsionador dos estudos sobre efeitos de vizinhança.

¹⁰ Percebe-se, portanto, que as constatações acerca das transformações sociais nos guetos e *inner-cities* foram os pontos de partida para os questionamentos sociológicos sobre os efeitos de vizinhança. Contudo, é interessante notar que muitas pesquisas brasileiras sobre este tema adotam hipóteses e procedimentos semelhantes aos das pesquisas norte-americanas, porém apressam-se em ressaltar que as características da pobreza urbana no Brasil não correspondem à noção de gueto.

especialmente aqueles “relacionados com habilidades cognitivas, desempenho acadêmico, e realizações educacionais” (Sharkey & Faber 2014: 562).

Small & Newman (2001) descrevem duas modalidades de mecanismos que mediarão os efeitos de vizinhança. A primeira é a dos mecanismos de socialização das pessoas que cresceram em uma dada vizinhança, pressupondo os indivíduos como relativamente passivos e recipientes de forças que podem moldar seu comportamento e suas expectativas. Há seis tipos de mecanismos nesta modalidade: (1) Epidêmico (também chamado efeito de pares): crianças tendem a seguir o comportamento daquelas com as quais são criadas, de modo que comportamentos disfuncionais (como abandono escolar ou gravidez na adolescência) podem se propagar em contextos de pobreza nos quais eles já são concentrados. (2) Socialização coletiva: adultos da comunidade exerceriam determinados papéis sociais que serviriam de modelo aos mais jovens (os chamados *role models*), inspirando suas expectativas. Assim, em contextos de pobreza não haveria muitos modelos de sucesso que influenciariam as expectativas dos mais jovens. (3) Institucional: membros de instituições que atendem os bairros segregados (como professores e policiais) tratariam as pessoas da vizinhança como “pessoas piores”, contribuindo para a estigmatização e limitação de expectativas e de oportunidades de moradores destes locais. (4) Modelo do isolamento linguístico: pessoas que crescem em vizinhanças segregadas não teriam boa absorção da norma culta da língua, prejudicando os estudos e a obtenção de emprego. (5) Modelo da privação relativa [*relative deprivation*]: as opiniões sobre si mesmo são construídas por comparação com os vizinhos. Neste caso, ser pobre em uma vizinhança rica seria pior do que naquela de pobreza concentrada. (6) Cultura Oposicional: a pobreza segregada levaria ao desenvolvimento de uma cultura de oposição (ou até confrontação) às normas e valores da chamada cultura *mainstream*.

A segunda modalidade seria a dos mecanismos instrumentais que designam como a agência individual é limitada pelas condições da vizinhança. São três: (1) *Network Isolation*: viver em uma vizinhança com muitos desempregados desconecta os indivíduos de redes onde circulam informações sobre empregos. (2) Modelo dos recursos: em vizinhanças pobres, faltam recursos institucionais que favoreceriam a criação dos filhos, como escolas, igrejas, áreas de recreação etc. (3) Dificuldade de constituição de alianças políticas que possam trazer melhorias para o local.

Além dos descritos acima, há outros mecanismos descritos por Flores (2006), também a partir da revisão de diversos estudos norte-americanos, como,

por exemplo, a espacialização da estrutura de oportunidades – que contempla o distanciamento espacial entre a oferta e a demanda pelo emprego, discriminação ou estigma que sofrem os moradores de determinados locais e as assimetrias da informação para a busca por emprego – e o fato de que o valor das propriedades em localidades segregadas desfavorece a acumulação de riqueza.

Flores (2006) aponta também o que ela chama de geografia subjetiva de oportunidades, que descreve o fato de que as percepções sobre as oportunidades disponíveis dependem da localização do indivíduo, uma vez que as informações não circulam de modo uniforme pelo espaço urbano¹¹. Neste quadro, a autora integra uma perspectiva de gênero ao citar estudos que demonstram que as mulheres tendem a obter empregos mais próximos de sua residência do que os homens¹².

Certamente tais estudos sobre efeitos de vizinhança, e seus métodos sofisticados, têm dado enormes contribuições para a demonstração da importância do espaço habitado e das relações constituídas em torno dele para destinos individuais e para a reprodução de desigualdades e estruturas sociais. Entretanto, debates recentes na sociologia norte-americana têm gerado diversos questionamentos acerca das possibilidades de isolamento empírico dos efeitos do espaço daqueles de outras variáveis individuais e grupais e, portanto, da determinação de causalidades aí implicadas. Se são eficazes, certamente os mecanismos pelos quais a segregação residencial reproduziria as desigualdades operam por vias

¹¹ “As normas dominantes do grupo, valores e padrões de conduta aceitáveis para as crianças e jovens variam de bairro para bairro. Por este motivo, o tipo da informação conseguida por um indivíduo varia de acordo com sua posição no espaço. A percepção subjetiva do indivíduo que toma decisões sobre a estrutura de oportunidades sobre a qual deve decidir será criticamente afetada pela informação disponível, que cria um filtro da percepção por meio do qual as oportunidades são entendidas e avaliadas (GALSTER; KILLEN, 1995). (...) Este filtro da percepção das oportunidades disponíveis – que restringe as oportunidades realmente acessíveis – forma-se graças à informação proveniente de duas fontes principais: os meios de comunicação de massa e as redes locais sociais (família, vizinhos, amigos, grupo de pares, instituições locais formais como clubes, associações, organizações religiosas etc.).” (Flores 2006: 202-3).

¹² “É possível argumentar que a formação da geografia subjetiva de oportunidades é diferente para homens e para mulheres, ao passo que os modelos predominantes no contexto de bairro estabelecem normas do comportamento e um processo de tomada de decisões diferente para ambos os grupos. (...) Existe evidência de que as mulheres tenderiam a preferir fontes do emprego mais próximas de seus domicílios, ao passo que os homens estariam dispostos a cobrir distâncias maiores em busca de melhores trabalhos” (Flores 2006: 203-4). Certamente não se deve tratar apenas de mera questão de “preferências”, mas de diferentes processos sociais de restrições e oportunidades que contribuem, também, para conformar certas preferências.

muito complexas¹³, demandando novas formas de abordagem da problemática (Small & Feldman 2012; Vigdor 2013).

Se nos apegarmos aos argumentos de que os efeitos de vizinhança são a razão da relevância sociológica da segregação residencial (Charles 2003; Maloutas 2012) e não se elucidar os modos pelos quais a separação física entre diferentes grupos sociais reproduzem as desigualdades, corre-se o risco de um esvaziamento da própria eficácia social da segregação.

Por outro lado, devemos refletir sobre consequências da segregação a partir de perspectivas mais abrangentes, para além dos efeitos de vizinhança (e seu afã quantitativo pelo isolamento de fatores causais). Isto é, a ideia mais ampla de consequências da segregação é tratada pela maior parte da literatura como estudo dos efeitos de vizinhança, ou ainda, como estudos sobre os efeitos da concentração da pobreza em determinados espaços da cidade. Pensamos, contudo, que este campo de estudos deve experimentar outras formas de construir seus olhares sobre a problemática e suas questões de pesquisa, além de novas abordagens metodológicas, como sugerem Small & Feldman (2012), indicando que métodos qualitativos podem proporcionar perspectivas privilegiadas, respondendo questões em aberto e propondo novas problemáticas.

¹³ “As análises empíricas reportadas claramente mostram que a desigualdade socioeconômica é perpetuada por mecanismos operando no nível da vizinhança, contudo as trajetórias [*pathways*] específicas são talvez mais complexas. Não só os efeitos de vizinhança variam em sua natureza e intensidade em diferentes idades do ciclo de vida, eles são frequentemente condicionados por gênero, mediados por processos familiares, e possivelmente há variações em como eles se combinam com fatores individuais para determinar resultados sociais” (Massey 1998: 572). “Nós devemos reiterar que a maioria destes estudos, embora possam apontar para fortes correlações, não podem fazer assertivas causais. Todavia, se estes estudos são alguma indicação, no futuro, trabalhos mais sofisticados provavelmente irão mostrar que (a) a vizinhança afeta as chances de vida durante a infância e adolescência, que (b) muitos efeitos de vizinhanças não são tão fortes quanto os da família, e que (c) as redes sociais, que as vezes estão ligadas às vizinhanças mas que frequentemente as transcendem, são críticas.” (Small & Newman 2001: 32).

1.7 SEGREGAÇÃO E DISTÂNCIA SOCIAL EM ALGUMAS PESQUISAS QUALITATIVAS BRASILEIRAS

Algumas pesquisas brasileiras (Almeida & D’Andrea 2004, 2005; Almeida et al. 2008; Ribeiro 2008; Andrade & Mendonça 2010; Andrade & Silveira 2013), em geral de caráter etnográfico, possuem feições muito interessantes no sentido de que propõem olhares pouco cultivados na América do Norte. Enquanto os estudos americanos formulavam suas questões em termos de “efeitos causais de um espaço homogeneamente pobre sobre os destinos dos indivíduos”, aqui no Brasil observamos constantemente a presença de uma expressão, proveniente da tradição da Escola de Chicago, mas que tem andado sumida nas pesquisas estadunidenses sobre efeitos de vizinhança desta fase pós-*The Truly Disadvantaged* (Wilson 1987): “distância social”¹⁴. A partir da mobilização de tal ideia, vem à tona o caráter relacional intrínseco à noção de segregação e abre-se a possibilidade de uma problematização da componente distância presente em sua definição, mas que tem sido ofuscada pela homogeneidade. Questionamentos muito comuns nestes estudos são: “em que medida as distâncias físicas constituem distâncias sociais?”, ou “em que medida a proximidade física contribui para abrandá-las?”¹⁵.

¹⁴ Sintomático disso é o fato de que a expressão “*social distance*” aparece diversas vezes num balanço bibliográfico de cerca de 30 páginas sobre segregação residencial étnica feito por Douglas Massey em 1985, porém não aparece nenhuma vez nas quase 300 páginas do já clássico *American Apartheid*, de 1993, escrito pelo mesmo autor, juntamente com Nancy Denton (Cf. Massey 1985; Massey & Denton 1993).

¹⁵ Deve-se notar, entretanto, que nenhum destes estudos fornece uma definição do conceito de “distância social”, apesar de trabalharem constantemente com essa ideia. Provavelmente, os autores de tais estudos adotam uma livre apropriação da noção de “distância social” tal como foi operacionalizada por Emory Bogardus (1925), após ter sido originalmente sugerida por Robert Park (1924). Este último define distância social como sendo os “graus de compreensão e intimidade que geralmente caracterizam as relações sociais e pessoais” (p. 229). Diz, ainda, este autor: “Não só é verdade que nós possuímos um senso de distância com relação a indivíduos com os quais temos contato, mas também nós temos muito deste mesmo sentimento com relação a classes e raças. Os termos ‘*race consciousness*’ ou ‘*class consciousness*’, com os quais muitos de nós são familiarizados, descrevem um estado mental [*state of mind*] no qual nos tornamos, muitas vezes repentina ou inesperadamente, conscientes das distâncias que separam, ou parecem separar, nós das classes e raças que nós não compreendemos completamente” (Park 1925: 340). Para mais informações sobre as primeiras aplicações da noção de distância social em pesquisas sociológicas brasileiras, ver o trabalho de Janaína Damaceno (2013).

Estas pesquisas abordam principalmente os casos de proximidade física entre grupos sociais com posições muito distantes na estratificação, por exemplo, entre favelas e condomínios de elite¹⁶, algumas vezes comparando estes casos com os de populações pobres que residem a grande distância física dos mais ricos (Almeida et al. 2008; Andrade & Mendonça 2010; Lima 2012). São feitas indagações como: qual o efeito da proximidade territorial de grupos ocupando posições opostas na estrutura social: trocas e sociabilidade ou reforço de barreiras e estigmas (Ribeiro 2008)? Integração relativa através de estruturas de oportunidades criadas pela proximidade com os ricos (Almeida & D'Andrea 2005) ou violência simbólica (Ribeiro 2008; Almeida et al 2008) através da mobilização de “identificadores de distância social” em situações de proximidade física (Andrade & Silveira 2013)?

1.8 SEGREGAÇÃO POR RAÇA NO CONTEXTO BRASILEIRO: A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO

No Brasil, enormes desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos são amplamente documentadas pela pesquisa acadêmica e publicamente conhecidas. Contudo, tais diferenças raciais são frequentemente dissimuladas por discursos propagados pelos brasileiros em sua vida cotidiana. É muito comum ouvir que questões raciais no Brasil não são tão graves porque aqui não há segregação. A “não-segregação”, assim como os casamentos interraciais são apontados como evidências da “mistura racial” que caracterizaria a sociedade brasileira. Nesses discursos, o contraponto favorito são os Estados Unidos da segregação e da homogamia, exemplo negativo ao qual o Brasil se oporia enquanto caso de “harmonia racial”. Tais discursos e crenças são, na verdade, características marcantes da questão racial brasileira.

O aspecto da situação racial no Brasil, que mais impressiona, aparece sob a negação incisiva de qualquer problema “racial” ou “de cor”. O preconceito e a discriminação raciais, bem como a segregação racial, são encarados como uma espécie de pecado e de comportamento vergonhoso. Dessa maneira, temos dois níveis diferentes de percepção da realidade e de ação ligados com a “cor” e a “raça”: primeiro, o nível ma-

¹⁶ Problemática colocada para a reflexão sociológica nas ciências sociais brasileiras a partir da manifestação de um novo padrão de segregação caracterizado pelos enclaves fortificados (Caldeira 2000).

nifesto, em que a igualdade racial e a democracia racial se presumem e proclamam; segundo, o nível disfarçado, em que funções colaterais agem através, abaixo e além da estratificação social. (Fernandes 1972: 62).

Contudo, mesmo na academia, importantes pesquisadores menosprezam a segregação por raça. Donald Pierson (1971 [1942]), um dos clássicos da sociologia das relações raciais no Brasil que faz uma comparação explícita com os Estados Unidos:

Consideração importante é a de que não existia, na Bahia, esforço proposital de segregar as raças a fim de manter distinções de casta, como naquela época em várias partes dos Estados Unidos (p. 106).

Tal posicionamento é compartilhado por outros autores mais recentes, como Villaça (2004), por exemplo, que afirma que segregação racial só existiria na medida em que seria determinada pela segregação por classe social, esta, de fato, existente e significativa. Ou seja, para ele, segregação por raça nas cidades brasileiras só existe porque há mais negros entre os pobres¹⁷. Já Vasconcelos (2004), usa argumentos similares aos do senso comum ao dizer que não há segregação por raça no Brasil “tendo em vista a ausência de uma linha de cor, da grande mestiçagem e da presença de pobres ‘brancos’ em áreas precárias” (p. 264).

Nos Estados Unidos, a segregação tem um papel historicamente muito específico, sendo considerada um dos princípios organizadores das relações raciais (Massey & Denton 1993). A segregação residencial foi um dos principais elementos de um regime mais geral de segregação que, resguardada por dispositivos legais, objetivava a separação física entre negros e brancos de modo a evitar todo tipo de contatos, relacionamentos, amizades, casamentos e misturas interraciais. Neste país, não apenas a maior parte dos negros foi mantida nas posições mais baixas da hierarquia social, mas, de certa forma, a segregação também criou algo como uma estratificação social paralela, uma vez que os negros que ascendiam socialmente também eram obrigados a permanecer nos guetos. Segundo Johnson (1943), “A segregação racial nas áreas residenciais fornece a estrutura básica para outras formas de segregação institucional” (p. 8). Nos Estados Unidos, a rigidez da segregação é muito determinada pela frequência a instituições, estas

¹⁷ *Espaço Intra-urbano no Brasil*, de Flavio Villaça (1998), é o mais abrangente livro sobre a estruturação socioespacial das cidades brasileiras, mas em nenhum momento trata de diferenças raciais no espaço urbano.

com forte vínculo com seus respectivos bairros por serem pontos de agregação das comunidades locais. Talvez por isso a sociologia norte-americana dê tanta importância às relações de vizinhança. Antes de tomar tais circunstâncias como pressupostos, temos que investigar em que medida isto ocorreria de maneira similar nas cidades brasileiras.

No entanto, deve ser acrescentado que naquele país ocorrem situações de segregação muito distintas, principalmente se considerarmos diferenças regionais. Dentre tais situações, cabe destacar as diferenças entre a segregação de certas metrópoles do Norte e Nordeste dos EUA onde ocorreriam o que alguns autores chamaram de “hiperguetos”, e das cidades do Sul onde, no passado, prevaleciam as duras regras do Jim Crow. Nestas últimas, valores dos indicadores de segregação residencial são bem menores do que nas cidades do Norte. Em muitas delas, mesmo durante o período em que vigorava o Jim Crow, era comum os negros morarem (literalmente) no fundo dos quintais dos brancos, ou padrões residenciais muito similares a este. Os argumentos que pretendem diminuir a importância da segregação no Brasil contrastam-na com uma certa imagem das metrópoles dos Estados Unidos, como se neste país as cidades do Jim Crow fossem as mesmas dos “hiperguetos”.

Mesmo após a década de 1960 – com as reformas dos direitos civis e as leis contra a discriminação na moradia –, os índices de segregação vêm diminuindo muito lentamente, os negros pobres continuam confinados nos guetos, locais que foram abandonados pelos negros de classe média. Porém, estes últimos, em geral, vivem em subúrbios distintos daqueles onde moram os brancos de semelhante posição social, de maneira que a segregação entre negros e brancos perdura independentemente da classe social. Importantes autores, como Massey & Denton (1993), consideram a segregação residencial como a principal causa da atual desvantagem negra nos Estados Unidos¹⁸.

¹⁸ Algumas diferenças são evidenciadas por Telles 2012 [2004]: “Nos Estados Unidos, a segregação racial residencial foi originada principalmente com as leis Jim Crow de segregação no sul do país, que teve seu paralelo no norte através da discriminação imobiliária e do enrijecimento da *color line*. A segregação aumentou no início do século XX nas cidades do norte, especialmente através da violência contra negros, convenções restritivas e da discriminação imobiliária [*blockbusting*]. Esses tipos de segregação residencial estão ausentes no Brasil. Mais importante, os agentes institucionais que produziram grande parte da segregação nos Estados Unidos tais como os agentes imobiliários, gerentes, bancos, financiadoras, e seguradoras, não participam da maior parte do mercado imobiliário do Brasil urbano, dada a improvisação deste e, frequentemente, seu caráter informal” (p. 170). Deve-se notar, entretanto, que inexistem pesquisas sobre mecanismos de produção da segregação por raça no Brasil.

Dado que muitos estudiosos das relações raciais brasileiras costumavam ter como referência o contexto estadunidense de segregação legalmente amparada, é compreensível que a tenham rejeitado como aspecto relevante no Brasil. No entanto, é justamente pelo fato de não ter havido explícita proteção legal à segregação no Brasil que deveríamos dar especial atenção aos contornos de segregação por raça identificados em nossas cidades. Cabe questionar os processos e mecanismos constitutivos da segregação racial no Brasil a despeito da propalada “falta de esforços abertos” para separar negros e brancos¹⁹.

Além disso, não obstante a alusão a pesquisas norte-americanas ser quase que obrigatória para o estudo da segregação, não deveríamos tomar a segregação racial na sociedade norte-americana como um padrão (ou “régua”) a partir da qual analisaríamos a segregação residencial no Brasil ou em quaisquer outros países. Tal como no Brasil, nos países europeus, os indicadores de segregação de minorias e imigrantes são, também, mais baixos que os norte-americanos, mas com diferentes configurações e significados em diferentes contextos. Na Holanda, Musterd (2003) mostra que turcos, marroquinos e surinameses são igualmente segregados, mas as consequências tendem a ser piores para os dois primeiros grupos em termos de exclusão social. Autores franceses como Préteceille (2009) e Safi (2009) se queixam de que as comparações com os altos índices de segregação dos EUA mobilizadas para diminuir a importância da segregação na França são pouco pertinentes, uma vez que, se levadas em conta as diferenças históricas, os indicadores de segregação das cidades francesas devem, sim, ser considerados fortes.

Nas cidades brasileiras, os padrões espaciais de negros e brancos provavelmente devem gerar efeitos nas relações raciais de maneiras diferentes do que tem sido observado no contexto norte-americano. De acordo com Maloutas (2012) “a realidade da segregação em diversos contextos prova ser muito mais complexa e menos inclinada a comparações imediatamente significativas” (p. 9). Deve-

Ver também Wacquant (2005) para uma crítica à maneira pela qual as *banlieues* francesas foram abordadas com termos semelhantes àqueles que se tratam os guetos norte-americanos.

¹⁹ “Por causa da ausência desses dois tipos de lei, vive-se a crença de que o Brasil não é um país segregacionista, isto é, um país onde a discriminação racial não é acompanhada de fronteiras especiais definidas pela cor da pele. A segregação residencial, escolar, hospitalar, nos espaços de lazer, nos transportes públicos, nos restaurantes, nos banheiros, estádios de jogos etc. conhecida no sul dos Estados Unidos e na África do Sul durante o regime do apartheid é geralmente negada no Brasil, tanto na visão popular quanto nos discursos oficiais. A ideologia de um Brasil de mistura racial, que é uma das peças essenciais de ideologia racial no Brasil, rejeita qualquer observação de uma segregação racial implícita.” (Munanga 2006: p. XI).

mos, portanto, atentar para os diferentes significados associados ao conceito de segregação, assim como para as várias “funções sociais” que a segregação pode exercer em cada contexto específico.

Enfatizar o contexto quer dizer considerar as diferentes especificidades históricas, políticas, urbanas e socioeconômicas de cada país ou local e que o fenômeno deve ter diferentes propriedades e funções nos diferentes contextos (Maloutas 2012). Além disso, de acordo com Brun (1994) “Reunindo sob uma mesma denominação formas variadas de diferenciação social do espaço residencial, o emprego ordinário da palavra ‘segregação’ deixa entender que elas procedem todas de um mesmo sistema causal” (p. 23). Isso quer dizer que reconhecer que a segregação é importante não significa assumir que ela importa do mesmo modo em todos os lugares.

Entretanto, o fato é que não são muitos os estudos dedicados ao exame deste fenômeno e, menos ainda, aqueles que aprofundam uma discussão sobre o significado da segregação racial no Brasil.

1.9 ESTUDOS ARTICULANDO RAÇA, SEGREGAÇÃO E ESPAÇO URBANO NO BRASIL

Tradicionalmente, o estudo da segregação residencial em nossas cidades tem sido pautado pelo debate acerca da polarização entre um centro rico e uma periferia pobre. Os estudos urbanos brasileiros têm dado maior ênfase nos processos de segregação de pobres e migrantes nas periferias, áreas metropolitanas distantes do centro e carentes de infraestrutura, e nas consequências desta segregação para a reprodução das desigualdades na cidade. Mais recentemente, a maior disponibilidade de dados e a utilização de novas técnicas de mensuração e análise ensejou uma rediscussão do modelo centro-periferia. Primeiramente, reconhece-se a presença de classes altas em “enclaves fortificados” distantes do centro e de favelas e bolsões de pobreza em áreas nobres. Além disso, nas áreas periféricas, antes pensadas como homogeneamente pobres, verifica-se uma grande diversificação social, assim como melhorias na infraestrutura urbana e maior acesso aos serviços oferecidos pelo Estado em muitas localidades. Em vista de tal complexidade, passou-se a falar em periferias, no plural (Ver Caldeira 2000; Marques e Torres 2005; Bichir 2006; Marques 2015).

Observa-se, portanto, que os estudos deste campo, em sua maioria, enfatizam que os padrões habitacionais nas metrópoles brasileiras se organizam, basicamente (senão unicamente), a partir das desigualdades de classe social, sendo pouco desenvolvidas questões em torno da raça no debate sobre o espaço urbano no Brasil.

Por um lado, podemos identificar um conjunto de pesquisas formado por estudos qualitativos que tratam de aspectos simbólicos e questões identitárias, que tomam como objeto de pesquisa favelas e bairros periféricos, lançando mão de noções como “territórios negros” ou “espaços racializados”. Tais noções são mobilizadas a fim de discutir o fato de que lugares com alta concentração de negros proporcionariam uma sociabilidade menos problemática para eles e de que estigmas atribuídos ao negro estão também associados às representações de determinados espaços da cidade, podendo ser ressignificados na forma de discursos identitários (Rolnik 1989, Oliveira 1996, Carril 2003, Silva 2004, Vargas 2005; Machado & Ratts 2012). Com semelhante linha de argumentação, geógrafos como Santos (2012) e Campos (2012) propõem teorias sobre como as relações raciais “grafam” o espaço, “conformando diferentes experiências de espaço para indivíduos e grupos” (Santos 2012: 30).

Na sociologia das relações raciais, podemos encontrar estudos empregando abordagens quantitativas que incidem sobre a questão da segregação com base na raça já em autores clássicos, como na pesquisa do supracitado Donald Pierson (1971 [1942]) em Salvador, mas também nos estudos de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960) em Florianópolis, e o de Costa Pinto (1998 [1953]) sobre o negro no Rio de Janeiro.

Cardoso & Ianni (1960) notam que o “grau de contiguidade entre os grupos raciais diminui (...) à medida que subimos na escala social” (p. 158), mas ligam isto à diminuição da proporção de negros nas camadas médias e altas. Não obstante, diferenciações raciais na convivência entre vizinhos, bem como outras barreiras aos negros, levam os autores a falarem sobre “indícios de segregação” (p. 189). Já Costa Pinto (1998 [1953]), ao evidenciar a sobrerrepresentação de negros em favelas e áreas mais pobres afirma, claramente, tratar-se de segregação (p. 146), mas também vincula este fato à maior concentração dos “elementos de cor” nas camadas mais pobres (p. 144).

A despeito destes estudos seminais terem levantado evidências que poderiam suscitar outras pesquisas que visariam um debate mais aprofundado sobre segregação por raça no Brasil, a questão permaneceu despertando pouco interesse nas décadas que se seguiram. Foi apenas na década de 1990 que a pesqui-

sa sobre segregação por linhas raciais ganhou certo destaque, principalmente a partir do trabalho do sociólogo norte-americano Edward Telles (1993, 1995, 1996), que reintroduziu esta discussão no quadro das relações raciais brasileiras e apresentou evidências empíricas da expressão da segregação racial.

Nos estudos de E. Telles (1993; 1995; 1996; 2012 [2004]), este tema ganha um tratamento mais sistemático, através da utilização de dados censitários de 1980 para a constituição de indicadores sintéticos visando à mensuração do fenômeno em 35 regiões metropolitanas brasileiras. Este autor aplicou índices de segregação (os índices de dissimilaridade, exposição e isolamento) muito utilizados nas pesquisas norte-americanas, mas que nunca haviam sido empregados no Brasil. A partir deles, Telles concluiu – novamente com base em comparações com os Estados Unidos – que havia moderados graus de segregação racial nas cidades brasileiras, mas que se tornavam mais agudos nas faixas de renda mais altas. Posteriormente, tais índices foram utilizados para mensurar a segregação residencial em Salvador por Carvalho e Barreto (2007), em São Paulo por Torres (2005), e em Belo Horizonte por Rios-Neto (2005), a partir dos dados do Censo de 2000.

Outro tipo de mensuração da segregação entre negros e brancos foi empreendido pelos trabalhos de Costa & Ribeiro (2004) sobre Belo Horizonte; Ribeiro (2007) sobre Rio de Janeiro; Garcia (2006) sobre Rio de Janeiro e Salvador; e Carvalho & Barreto (2007) sobre Salvador. Estes pesquisadores realizaram o que Prêteceille (2004) chamou de “análise tipológica”: classificaram as áreas que compõem as cidades segundo uma tipologia hierarquizada conforme os perfis socioeconômicos predominantes; e compararam a proporção de negros e brancos em cada uma dessas áreas, concluindo que, apesar de não haver segregação absoluta, as áreas superiores apresentam concentração de brancos acima da média, enquanto as áreas inferiores, maior concentração de negros. Conclusões semelhantes foram ressaltadas pelo trabalho de Silveira (2014), ao estudar segregação por raça na região metropolitana de Belo Horizonte através de indicadores espaciais e sistemas de informação geográfica.

Em nossa pesquisa de mestrado sobre raça, classe e segregação residencial no município de São Paulo (França 2010), utilizamos os dados da amostra do Censo de 2000 e aplicamos as abordagens expostas acima para investigar a segregação – índices sintéticos e análise tipológica –, além de três outras técnicas de mensuração do fenômeno: a) quocientes locais, que são medidas muito empregadas pelos estudos de economia regional; b) o índice de Moran local (Anselin 1995), cuja utilização tem crescido nos estudos brasileiros recentes (ver, p.

ex., Silveira 2014) e que permite a construção de mapas e a visualização de aglomerados de áreas contíguas nas quais ocorre determinado fenômeno (no caso, a concentração de certos grupos sociais); c) além de um experimento com os *locational-attainment models*, modelos de regressão que estimam os resultados de localização residencial a partir de atributos dos indivíduos (Alba & Logan 1992). Esta última técnica nunca havia sido empregada em estudos sociológicos brasileiros. Diversificando as técnicas, pudemos verificar em que medida as tendências apontadas por cada uma poderiam ser reforçadas ou contrastadas pelas outras e testar os alcances e limites de cada uma tendo em vista os resultados das outras. Ademais, isso acrescentou maior detalhamento na descrição da segregação em São Paulo e contribuiu para reforçar nosso argumento acerca das características específicas da segregação por raça.

Dentre os principais resultados da pesquisa descritos na dissertação, destacamos que o grau de segregação racial é baixo na camada de menor renda. No entanto, conforme consideramos os estratos mais altos – delimitados operacionalmente por faixas de renda domiciliar mensal a partir de 10 salários mínimos – a segregação por raça aumenta. Acrescenta-se que, tendo em vista as faixas de renda mais altas, a concentração dos negros em áreas periféricas é bem maior que a dos brancos, ao passo que a proporção de brancos destes estratos em áreas de elite é bem maior que a dos negros. Por fim, também demonstramos que os brancos, mesmo que de classes mais baixas, estão mais representados em áreas mais ricas da cidade do que os negros. Assim, a distância entre os grupos raciais cultivada nos estratos médios e altos se expressa não apenas nos maiores índices de segregação racial que verificamos nestes estratos, mas também no fato dos brancos pobres estarem mais próximos das classes mais altas do que os negros pobres. Ou seja, as camadas mais altas são compostas majoritariamente por brancos, ao passo que os pobres que os cercam também são brancos.

Devemos ponderar, porém, que os resultados do mestrado partem de uma delimitação de classe social por faixas de renda. Esta forma de operacionalização realçou os efeitos da raça, mas não nos permitiu revelar os efeitos de outras características ligadas à classe social não-mensuráveis por renda e que podem ter se sobreposto aos efeitos da raça. Dentre elas, podemos citar padrões de ascensão diferenciados, ascensão recente *versus* tradição, riqueza, herança, vínculos familiares etc.

1.10 CONSIDERAÇÕES E POSICIONAMENTOS

Este capítulo começou revisando as mais diversas formas de definir, operacionalizar e construir problemáticas de pesquisa a respeito de segregação. Realçamos, ainda, o quanto interpretações sobre segregação por raça no Brasil (e em outros lugares) são marcadas por comparações com os níveis e características da segregação dos Estados Unidos, não sendo, então, guiadas por parâmetros fundados no próprio contexto sobre o qual elas refletem. Por fim, mostramos que a reflexão sobre segregação racial no Brasil, apesar de não ser recente, é, ainda, pouco desenvolvida.

Este trabalho pretende contribuir com a reflexão sobre esta temática, não apenas desenvolvendo práticas empíricas variadas e abrangentes, mas também se alicerçando em posicionamentos críticos sobre os modos de encaminhamento das problemáticas sociológicas sobre segregação, que deixam diversas lacunas descritivas, e sobre a incorporação de parâmetros externos ao nosso contexto para interpretar as características específicas do fenômeno no Brasil. Isso requer novos esforços de descrição da segregação que sejam pertinentes ao contexto brasileiro.

Nossa perspectiva é a de que a segregação racial nas cidades brasileiras não deve ser avaliada a partir de uma mera comparação com os indicadores e circunstâncias de Chicago, para citar um exemplo paradigmático. Nosso foco também não será a busca de causalidades decorrentes da segregação residencial baseadas nos modelos dos *neighborhood effects*²⁰.

A segregação racial existente no Brasil deve ser, antes de tudo, descrita com termos e parâmetros próprios. Ao enfatizar o termo *descrição* temos em vista a proposta de “argumento descritivo” de Gerring (2012). Este autor defende a importância da descrição nas ciências sociais em um contexto acadêmico onde tem predominado a busca por causalidades. O argumento descritivo é aquele que – em contraste com o argumento causal – tem como objetivo caracterizar determinados aspectos do mundo. “Argumentos descritivos são sobre o que é ou foi” (p. 2). O objetivo dessa pesquisa será uma caracterização do que é a segregação por raça no Brasil (ou que tipo de segregação por raça existe no Brasil), em termos mais adequados às experiências e relações de negros e brancos em

²⁰ Bons avanços na reflexão causal sobre consequências da segregação por raça no Brasil podem ser encontrados no trabalho de Leonardo Silveira (2014).

idades brasileiras, em vez de sermos guiados por métricas e padrões estadunidenses de segregação racial.

Novamente de acordo com Gerring (2012), “toda análise descritiva envolve os objetivos gêmeos de conceituação e mensuração” (p. 15). Nesse sentido, argumentamos em seções anteriores, que em sociologia a segregação tem sido estudada como segregação residencial, deduzindo problemáticas a partir diferenças de localização das residências de certos grupos sociais. As problemáticas sociológicas que animam tais estudos são reflexões sobre a integração entre grupos sociais e as possibilidades de acesso à cidade para determinados grupos. Entretanto, muitas pesquisas sobre segregação têm se limitado a avaliar as distribuições residenciais e, a partir delas, a fazer inferências interpretativas baseadas em pressupostos que colocam enorme ênfase nas determinações da proximidade física e das relações de vizinhança. Desta maneira, tais pesquisas abrem mão de estudar diretamente os dois fundamentos da reflexão sobre segregação: a integração e o acesso. Surpreende, na verdade, que em um momento no qual existem tantos recursos metodológicos e técnicos disponíveis para a pesquisa social, a segregação continue sendo estudada apenas enquanto distribuição espacial de residências, o que apontaria para problemáticas mais demográficas do que sociológicas.

Propomos, então, incluir as dimensões de integração e acesso nas práticas de operacionalização do conceito na pesquisa. Isso não implica em abandonar as medidas e indicadores tradicionais, derivados do enfoque na distribuição espacial das residências. Devemos entender os valores resultantes dos indicadores e medidas de segregação não como reflexo integral do fenômeno, mas como “peças” ou elementos que, complementadas e contextualizadas por outros dados da realidade, irão nos permitir uma interpretação mais completa dos fenômenos sociais que são objeto desta pesquisa. Defendemos, portanto, não apenas a multiplicidade de técnicas de medida, mas também combinação de abordagens quantitativas e qualitativas a fim de revelar as mais diversas facetas do fenômeno.

Nossa proposta não implica, tampouco, em negar a importância do local de residência, da vizinhança e da proximidade física. Mas sim tratá-los como dimensões a serem investigadas em vez de pressupostas. Isso nos leva a considerar as possibilidades de mobilidade pelo espaço urbano, bem como as variadas formas de acesso a informações e constituição de redes sociais. Ao enfatizar as possibilidades de mobilidade em vez do “localismo” e dos efeitos de vizinhança, pretendemos retomar a ideia de que pesquisar segregação implica em refletir sobre de quais modos configurar-se-iam relações entre distância física e dis-

tância social, sem necessariamente pressupor uma relação direta e linear entre uma e outra. Além disso, tal ênfase nos leva a dar maior acento a uma visão de segregação mais preocupada com os aspectos ligados às distâncias físicas entre os grupos do que com a homogeneidade dos espaços.

Assim, para descrever quão significativa é a segregação não são suficientes análises comparativas dos indicadores de concentração residencial, é necessário que respondamos às seguintes questões: Partindo de seus locais de moradia, onde as pessoas vão? Onde e com quem elas constroem seus relacionamentos sociais? Ao tentar responder tais questões podemos aferir quão relevante seria o local de residência para a constituição das distâncias sociais. Ou seja, para além da própria localização dos domicílios, importa também quais locais os moradores frequentam, com quem se relacionam e onde.

Nesse sentido, o propósito empírico desta pesquisa é empreender uma abordagem que vise não apenas delinear os contornos das diferenças raciais nas localizações das residências, mas também descrever de que modo o local de residência articular-se-ia a relações sociais e a frequência a certos locais, isto é, integração e acesso. Intentamos, assim, descrever a segregação também segundo as experiências de sujeitos que vivem num contexto nacional e local específico.

Nossa estratégia empírica consiste de dois movimentos. Primeiro, aceitando de modo preliminar as definições operacionais mais tradicionais de segregação, investigamos as distribuições residenciais de negros e brancos na região metropolitana de São Paulo, oferecendo um retrato da segregação residencial racial na metrópole.

Num segundo momento, através de estratégias qualitativas de entrevistas semiestruturadas nas quais são levantadas as trajetórias individuais, trajetos no espaço urbano, locais de frequência e redes pessoais, pretendemos explorar articulações entre o local de residência (ou distintas “situações de segregação”) e as dimensões de integração entre grupos e acesso à cidade.

Deste modo, procuramos desenvolver uma descrição mais integral para compreender o que significa segregação por raça no Brasil e qual a importância do local de residência para as relações raciais em nossas cidades. Buscamos identificar mecanismos pelos quais raça, classe social e segregação residencial se articulam; dedicar grande atenção ao sentido da própria noção de segregação e porque o local de residência seria tão relevante; levar em conta as diferentes formas de operacionalização do conceito, sem perder de vista as limitações dos indicadores; e cultivar descrições que valorizem as especificidades contextuais.

